IBGE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Características adicionais do mercado de trabalho 2019

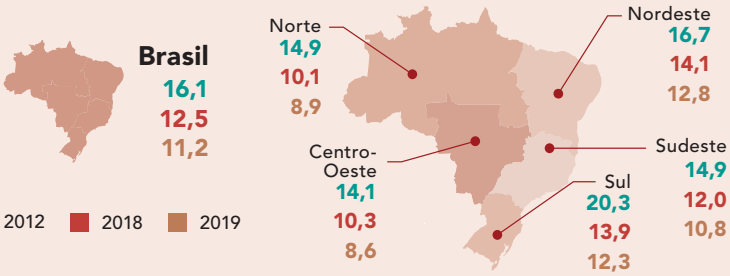
PNAD contínua

ISBN 978-65-87201-17-7
© IBGE, 2020

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua[1], divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mensalmente, por meio da composição de trimestres móveis, investiga um conjunto de informações necessárias à realização do monitoramento conjuntural das tendências e flutuações da força de trabalho brasileira. Elas são obtidas nos domicílios selecionados para responder à Pesquisa em todas as cinco visitas e disseminadas por ocasião da divulgação dos trimestres correspondentes. Todavia, a Pesquisa investiga, ainda, outro conjunto de informações sobre força de trabalho, de caráter mais estrutural, e que, diferentemente das informações utilizadas para o monitoramento conjuntural, são investigadas apenas na primeira visita ao domicílio selecionado para responder à Pesquisa. No plano tabular ora divulgado, estão disponíveis, também, os seguintes indicadores: associação a sindicato, registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, associação à cooperativa de trabalho e produção, local de exercício do trabalho, entre outros.

Associação a sindicato (%)

Pessoas associadas a algum sindicato na semana de referência.



Registro no CNPJ (%)

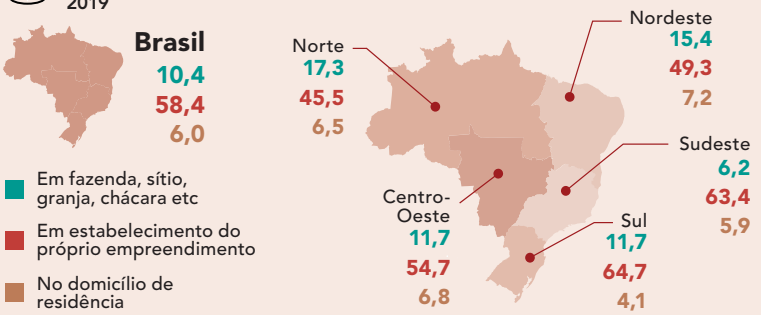
Pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria que estavam em empreendimentos registrados no CNPJ.

	2012	2018	2019
Empregador	75,6	79,4	80,4
Trabalhador por conta própria	14,9	19,4	20,1

Local de exercício do trabalho (%)

Pessoas ocupadas, exclusive os empregados no setor público e os trabalhadores domésticos.

2019



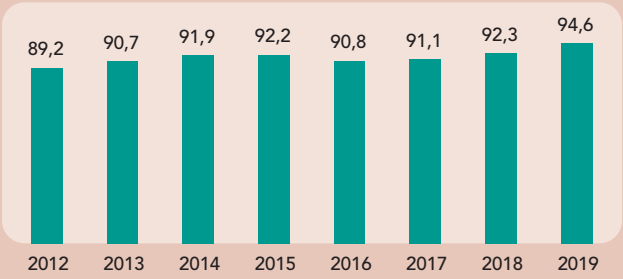
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

[1] Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as Notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, na página da PNAD Contínua, no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28549.

População ocupada

Em 2019, a população ocupada foi estimada em 94,6 milhões de pessoas, representando um acréscimo de 2,5% em relação a 2018 (92,3 milhões de pessoas) e de 6,1% frente a população de 2012 (89,2 milhões de pessoas). Não obstante o maior crescimento anual da ocupação desde 2013, o nível da ocupação em 2019 (55,3%) manteve-se bem abaixo do registrado em 2012 (57,0%), indicando que o ritmo de crescimento da população ocupada (6,0%) foi inferior ao da expansão do total da população de 14 anos ou mais de idade (8,9%) entre 2012 e 2019.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de refererência (milhões)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Após a tendência de queda observada desde 2015, o emprego com carteira assinada no setor privado volta a expandir (3,3% ou 1,1 milhão de pessoas) em 2019. Esse movimento respondeu por quase metade do crescimento da população ocupada (2,3 milhões de pessoas) nesse mesmo ano. Embora tivesse crescido, o contingente desses trabalhadores em 2019, estimado em 33,9 milhões pessoas, ainda permanecia distante do maior valor observado para essa população, registrado em 2014 (36,1 milhões de pessoas). Também houve aumento dos empregados sem carteira assinada no setor privado, que atingiram seu maior contingente, de 12,0 milhões de pessoas.

Mantendo trajetória de expansão observada em anos anteriores, o trabalhador por conta própria cresceu 4,2% (mais 991 mil pessoas), alcançando 24,4 milhões de pessoas, o maior número de toda série. Em relação ao contingente de 2012, essa população teve crescimento de 4,0 milhões de trabalhadores em sete anos.

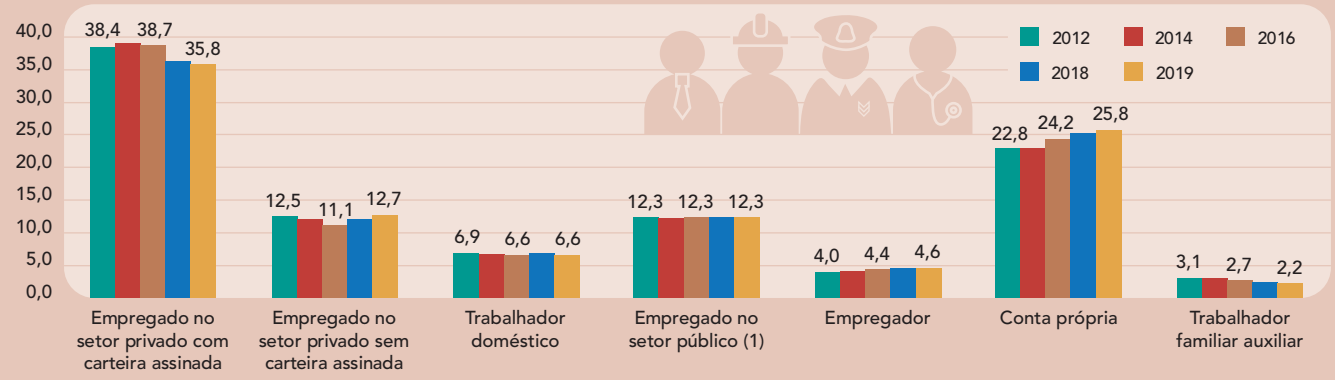
De 2012 para 2019 a proporção de trabalhadores por conta própria passou de 22,8% para 25,8% e a de empregado no setor privado com carteira assinada baixou de 38,4% para 35,8%. Por outro lado, os empregados no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) e os empregados no setor privado sem carteira assinada mantiveram a participação praticamente estável: de 12,3% para 12,3% e de 12,5% para 12,7%, respectivamente.

Em 2019, todos os grupamentos de atividade tiveram variação positiva de população ocupada, principalmente os serviços de *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (4,3% ou 444 mil pessoas); os serviços de *Alojamento e alimentação* (7,5% ou 395 mil pessoas) e a *Indústria geral* (3,2% ou 380 mil pessoas). A *Construção* e a *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*, após anos consecutivos de perda na ocupação, mostraram discreta expansão de 88 mil (1,3%) e 116 mil (1,4%) pessoas, respectivamente.

Frente a 2012, o crescimento da população ocupada total foi de 6,1% (5,4 milhões de pessoas), sendo que os serviços de *Alojamento e alimentação* (50,7% ou 1 894 mil pessoas), *Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais* (15,2% ou 2 175 mil) e *Outros serviços* (32,4% ou 1 239 mil pessoas) foram as atividades que mais contribuíram para essa expansão.

Em 2019, a participação da *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* na população ocupada foi 9,1%. A

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.
(1) Inclusive servidor estatutário e militar.

Indústria geral, com 12,9% de participação, e a *Construção*, com 7,2%, apresentam tendência de queda na participação da população ocupada no período e o *Comércio*, com 18,9%, estabilidade. Por outro lado, o conjunto que compreende as atividades de serviço respondia por 51,7% da ocupação, mostrando expansão frente a 2012, quando esse valor era de 46,8%.

População ocupada, segundo os grupamentos de atividades (%)

Grupamentos de atividade no trabalho principal	População ocupada (%)				
	2012	2014	2016	2018	2019
Total (1)	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11,5	10,4	10,0	9,2	9,1
Indústria geral	14,3	14,4	12,6	12,8	12,9
Construção	8,4	8,4	8,2	7,3	7,2
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	18,9	18,9	19,2	19,1	18,9
Transporte, armazenagem e correio	4,7	4,7	5,1	5,1	5,1
Alojamento e alimentação	4,2	4,6	5,2	5,7	5,9
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10,7	11,2	10,9	11,1	11,3
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16,0	16,4	17,2	17,6	17,4
Serviços domésticos	6,9	6,5	6,9	6,8	6,6
Outros serviços	4,3	4,4	4,8	5,3	5,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.
(1) Inclui atividades mal definidas.

Associação a sindicato[2]

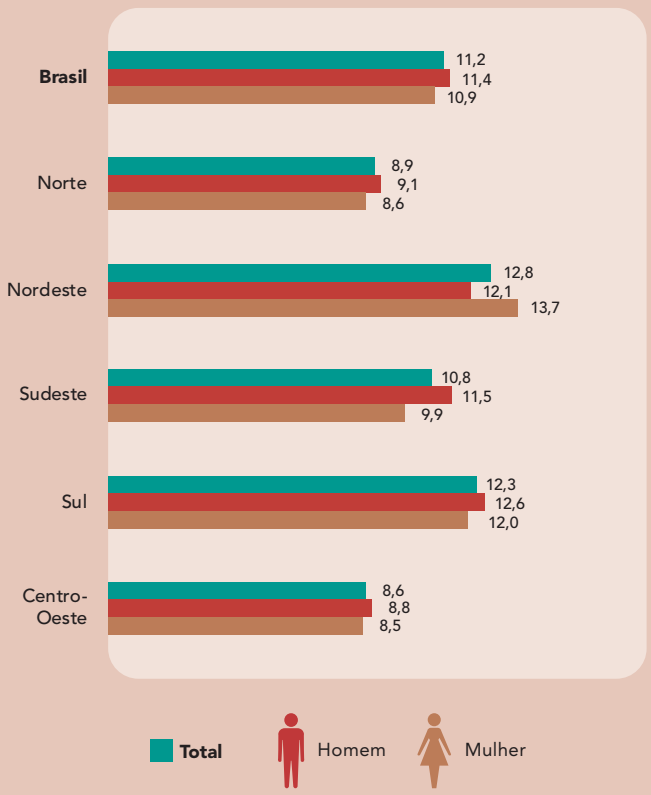
Em 2019, no País, das 94 642 mil pessoas ocupadas, na semana de referência da pesquisa, 11,2% (10 567 mil pessoas) eram associadas a sindicato, o que aponta para uma redução de trabalhadores sindicalizados em relação a 2018 (11 518 mil pessoas). As Regiões Nordeste (12,8%) e Sul (12,3%) permaneceram com os valores mais altos, enquanto Norte (8,9%) e Centro-Oeste (8,6%), os menores.

Os homens (11,4%) registravam percentual maior de pessoas sindicalizadas que o das mulheres (10,9%) – padrão que se observa desde 2012, contudo, com redução gradativa dessa diferença. No Sudeste, a estimativa para os homens (11,5%) superava a das mulheres (9,9%) em 1,6 ponto percentual; por outro lado, no Nordeste essa mesma diferença se dava em relação ao valor das mulheres (13,7%), quando comparado ao dos homens (12,1%).

Após crescimento de 212 mil pessoas em 2013, a população ocupada associada a sindicato não registrou expansão em nenhum outro ano. A queda desse contingente, acentuada a partir de 2016, totalizava 4,0 milhões de pessoas até 2019, mostrando que o crescimento da ocupação, a partir de 2017, não reverteu a trajetória de queda da população sindicalizada.

Todas as Grandes Regiões tiveram redução de sindicalizados entre 2018 e 2019. No Sudeste, que apresentava o maior contingente dessa população, a retração foi de 7,1% (354 mil pessoas) e o

Pessoas associadas a sindicato, por sexo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

[2] Para as pessoas ocupadas na semana de referência ou que foram ocupadas antes dessa semana, foi pesquisado se, na semana de referência, eram filiadas a algum sindicato, independentemente das características do(s) trabalho(s) que tiveram. Entendeu-se como sindicato a associação de uma ou mais categorias para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais de todos aqueles que exercessem atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, e que tivesse carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho ou registro em cartório como tal. Não foi considerada como associada a sindicato a pessoa que representava uma empresa filiada a sindicato patronal.

percentual baixou para 10,8%. Também no Sul e Centro-Oeste, as perdas acentuadas levaram à retração do percentual de sindicalizados para 12,3% e 8,6%, respectivamente. Vale ressaltar que, embora houvesse queda nas diversas regiões em 2019, elas foram menores que as observadas em 2018. A Região Nordeste, contudo, foi a única exceção, dado que a redução em 2018 (5,9%) foi aprofundada em 2019 (7,6%) e o percentual de associados diminui para 12,8%.

A Região Sul tinha os maiores percentuais de pessoas ocupadas que eram associadas a sindicato entre 2012 e 2017. A partir de 2018, a Região Nordeste (14,1%) ultrapassou a estimativa do Sul (13,9%), mantendo-se com o principal valor dentre todas as regiões. A Região Sul também registrou a principal perda em relação a 2012, passando de 20,3% para 12,3%. A queda desse percentual no Sul pode estar relacionada à redução da ocupação na *Indústria geral*. A ocupação no Sul não somente tem a maior participação dessa atividade, comparativamente às demais regiões, como também foi onde essa atividade mais retraiu. No Norte (de 14,9% para 8,9%) e no Centro-Oeste (de 14,1% para 8,6%) a queda do indicador foi de 6,0 e 5,5 pontos percentuais, respectivamente. Em sete anos, o contingente de sindicalizados reduziu em 3,8 milhões de pessoas no País, sendo que, desses, 1,3 milhão estava no Sudeste e 1,0 milhão no Sul.

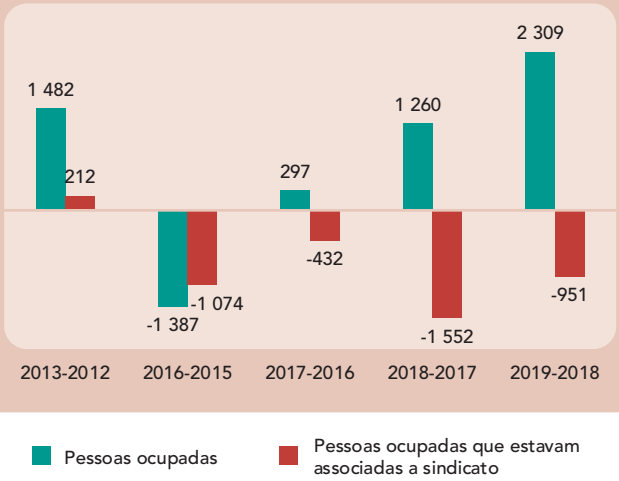
Sindicalização, grupamentos de atividade, posição na ocupação e categoria do emprego

Em 2019, o grupamento de atividade da *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (9,1% dos ocupados) alcançou a maior taxa de sindicalização[3] (19,4%). Essa atividade possui participação importante dos sindicatos de trabalhadores rurais, muitos deles de pequeno porte da agricultura familiar, o que eleva a cobertura sindical dessa atividade, principalmente nas Regiões Nordeste e Sul. Por outro lado, o *Comercio, reparação de veículos automotores e motocicletas*, responsável por cerca de 18,9% da população ocupada, registrou taxa de sindicalização de 7,4%, inferior à média observada da população ocupada total (11,2%). Dessa forma, pode-se constatar que a cobertura sindical não necessariamente depende do contingente de trabalhadores em determinada atividade econômica.

A maioria dos grupamentos mantiveram o movimento de queda registrado em 2018, embora com intensidade menor que a ocorrida naquele ano. A principal exceção foi a *Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais* que reduziu sua população sindicalizada em 531 mil pessoas, a maior queda anual de toda série histórica. A taxa de sindicalização ficou em 18,4%, e, pela primeira vez, foi inferior à taxa da *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*.

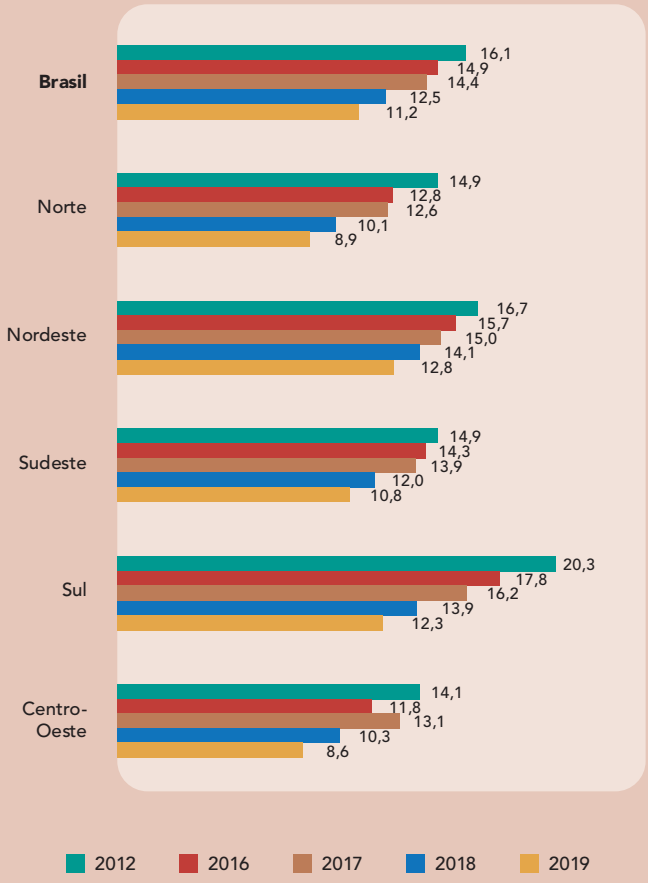
A *Construção* (4,2%), o *Alojamento e alimentação* (5,6%), os *Outros serviços* (4,8%) e os *Serviços domésticos* (2,8%) tinham as menores estimativas ao longo de toda a série. Essas atividades têm, dentre suas caracte-

Variação anual da população ocupada e da população ocupada associada a sindicato (1 000 pessoas)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Pessoas associadas a sindicato, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

[3] Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência no grupamento de atividade do trabalho principal e que eram associadas a sindicato em relação ao total de pessoas ocupadas no mesmo grupamento de atividade.

rísticas, a menor participação de empregados com carteira de trabalho assinada, e, nos últimos anos, registraram o crescimento de trabalhadores por conta própria, cuja sindicalização tende a ser inferior à dos empregados. A *Indústria geral* passou de 15,2% para 13,5% entre 2018 e 2019, o equivalente a 150 mil sindicalizados a menos; no mesmo período, a população ocupada nessa atividade expandiu em 380 mil pessoas.

Taxa de sindicalização, segundo os grupamentos de atividades no trabalho principal

Grupamentos de atividades no trabalho principal	Taxa de sindicalização (%)				
	2012	2016	2017	2018	2019
Total (1)	**16,1**	**14,9**	**14,4**	**12,5**	**11,2**
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	23,2	22,4	21,1	19,1	19,4
Indústria geral	21,1	18,0	17,1	15,2	13,5
Construção	8,9	6,6	6,9	5,2	4,2
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	10,5	10,4	10,0	8,1	7,4
Transporte, armazenagem e correio	20,8	18,4	17,5	13,5	11,9
Alojamento e alimentação	7,7	7,6	6,8	5,7	5,6
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	18,8	17,5	16,9	13,5	12,0
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	24,8	23,7	23,6	22,0	18,4
Serviços domésticos	2,7	3,5	3,1	2,8	2,8
Outros serviços	6,1	5,9	6,2	5,3	4,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.
(1) Inclui atividades mal definidas.

O enfoque pela posição na ocupação e categoria do emprego permaneceu mostrando, em 2019, que os empregados com carteira assinada no setor privado e os empregados no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) tinham as taxas de sindicalização[4] mais elevada, respectivamente, 14,0% e 22,5%. Por outro lado, o empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada (4,5%) e o trabalhador doméstico (2,8%) registraram as menores coberturas. No caso do trabalhador familiar auxiliar (11,8%) o percentual comparativamente não muito baixo pode ser explicado pela elevada concentração desses trabalhadores nas atividades agropecuárias de caráter familiar que, como já ressaltado anteriormente, têm participação importante nos sindicatos de trabalhadores rurais.

De 2018 para 2019, as quedas mais acentuadas da taxa ocorreram entre os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, de 16,0% para 14,0%; os empregados no setor público (inclusive servidor estatutário e militar), de 25,7% para 22,5%; e os empregadores, de 12,3% para 10,3%.

Taxa de sindicalização, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Taxa de sindicalização (%)				
	2012	2016	2017	2018	2019
Total	**16,1**	**14,9**	**14,4**	**12,5**	**11,2**
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	20,9	18,7	19,1	16,0	14,0
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	5,4	5,7	5,1	4,5	4,5
Trabalhador doméstico	2,7	3,5	3,1	2,8	2,8
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	28,4	27,5	27,3	25,7	22,5
Empregador	18,6	17,4	15,6	12,3	10,3
Conta própria	11,3	9,7	8,6	7,6	7,3
Trabalhador familiar auxiliar	14,7	14,7	11,5	11,9	11,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

[4] Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal e que eram associadas a sindicato em relação ao total de pessoas ocupadas na mesma posição na ocupação e categoria do emprego.

Percebe-se que a expansão da população ocupada de modo geral, e em particular do emprego no setor privado com carteira assinada, apenas suavizou a intensidade da queda ocorrida em 2018; sem avanço, portanto, da cobertura sindical em 2019. Esse resultado, pode estar relacionado a elementos não apenas restritos à forma de inserção do trabalhador na ocupação ou à natureza das atividades econômicas. Cabe lembrar que as taxas de 2018 e 2019 já foram estimadas após a queda da obrigatoriedade da contribuição sindical anual, por meio da reforma trabalhista de 2017[5], o que pode ter influenciado nos resultados das taxas de sindicalização.

Frente a 2012, a redução do percentual de sindicalizados em 5,0 pontos percentuais (equivalente a 3,8 milhões de pessoas) foi principalmente observada entre: os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, cuja queda da taxa foi de 6,9 pontos percentuais (2,4 milhões pessoas); os empregados no setor público (redução de 5,9 pontos percentuais, ou 498 mil pessoas); e entre os empregadores (redução de 8,2 pontos percentuais, ou 205 mil pessoas).

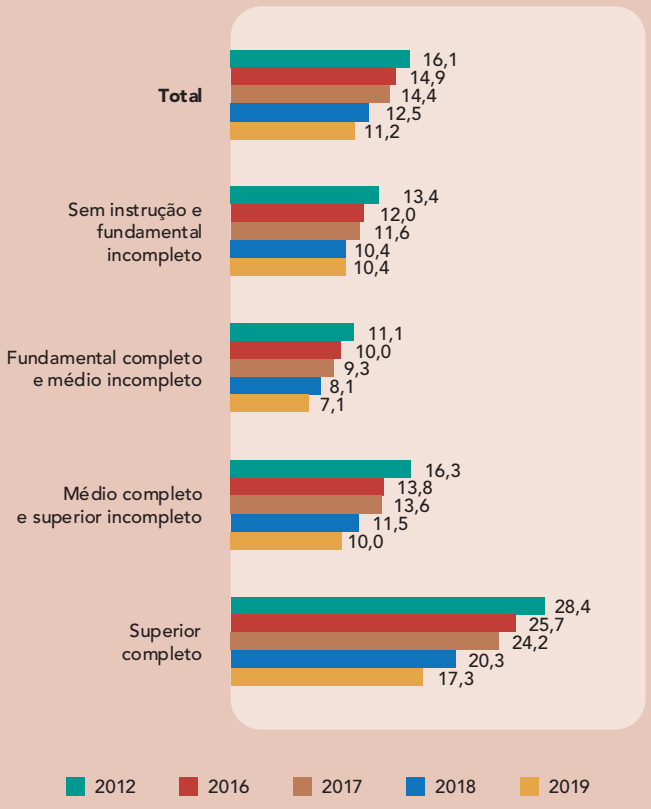
Por fim, também em relação a 2012, a intensidade da redução da cobertura sindical foi maior, justamente nas atividades onde historicamente essa estimativa era mais elevada. No caso da *Industria geral*, a queda foi de 1,1 milhão de pessoas; na *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*, de 704 mil; e na *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*, de 510 mil.

Sindicalização e nível de instrução

Em 2019, dos 10,6 milhões de trabalhadores sindicalizados, 67,3% (7,1 milhões) tinham pelo menos o ensino médio completo e 31,7% (3,4 milhões) tinham ensino superior completo. Na população ocupada total, esses valores eram menores, estimados em 60,1% e 20,4%, respectivamente, mostrando maior nível de instrução entre os trabalhadores sindicalizados. A menor taxa de sindicalização era a dos ocupados com ensino fundamental completo e médio incompleto (7,1%) e a maior era dos ocupados com ensino superior completo, de 17,3%.

Em relação a 2018, somente a taxa de sindicalização dos trabalhadores sem instrução e fundamental incompleto permaneceu estável, em 10,4%; enquanto para os demais níveis houve redução. A taxa de sindicalização dentre os ocupados com ensino superior completo registrou a principal queda (de 20,3% para 17,3%) e, se comparada a 2012, quando era 28,4%, a retração foi ainda maior, de 11,1 pontos percentuais. A redução nesse nível de instrução ocorreu devido ao expressivo crescimento de pessoas ocupadas com nível superior desde 2012 (51,1%), sem a correspondente contrapartida de aumento da sindicalização entre essas pessoas.

Pessoas associadas a sindicato, segundo o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ[6]

Entre 2012 e 2016, houve crescimento do contingente das pessoas ocupadas como empregador ou conta própria que estavam em empreendimentos registrados no CNPJ, atingindo 29,0% em 2016. Em 2017, essa participação recuou para 28,1%, voltando a crescer posteriormente e atingindo o maior valor em 2019 (29,3% ou 8,4 milhões de pessoas).

Embora houvesse predomínio masculino entres empregadores e trabalhadores por conta própria, o percentual de pessoas com registro no CNPJ para estas categorias era ligeiramente maior entre as mulheres (30,4%) do que entre os homens (28,7%). Essa diferença, a mais para as mulheres, teve o maior valor em 2013 (2,8 pontos percentuais), quando o percentual de homens e mulheres foi de 24,8% e 27,6%, respectivamente.

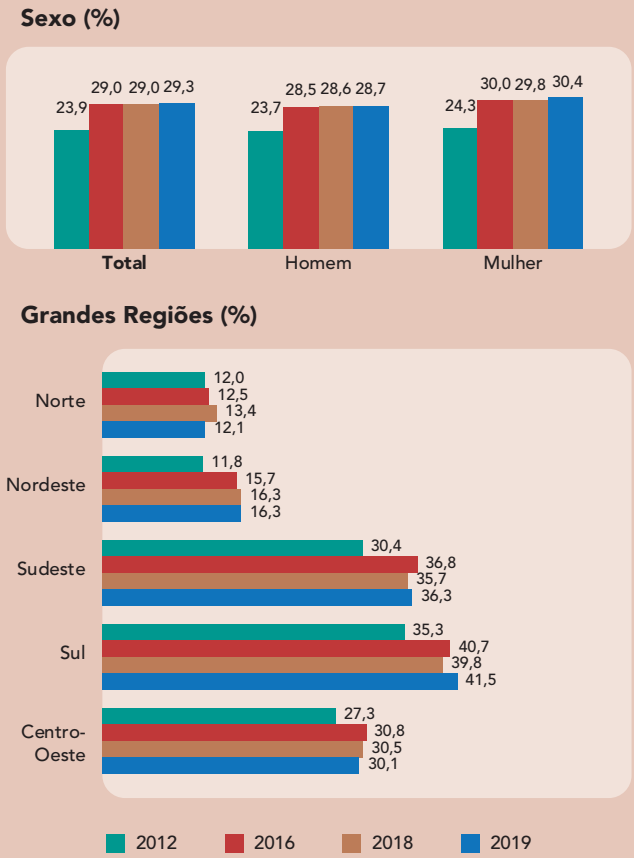
[5] Regida pela Lei n. 13.467, de 13.07.2017, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

[6] Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram ocupadas como empregador ou conta própria em atividade não agrícola, foi pesquisado se o empreendimento tinha registro no CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

Regionalmente, Norte (12,1%) e Nordeste (16,3%) tinham as menores proporções de empregadores ou trabalhadores por conta própria com registro no CNPJ, e, considerando que a existência de CNPJ está associada à formalidade, os baixos valores dessa estimativa nessas regiões tendem a revelar maiores percentuais de trabalhadores informais[7]. Por outro lado, a Região Sul tinha o maior percentual desses trabalhadores com CNPJ (41,5%).

Em relação a 2018, o Sul apresentou o principal avanço (de 39,8% para 41,5%); enquanto no Norte e no Centro-Oeste o recuo foi de 1,3 e 0,4 ponto percentual, respectivamente. Frente a 2012, o contingente aumentou em 2,7 milhões de pessoas (47,5%). Dentre as Grandes Regiões, destacam-se o Sul e o Sudeste, que além de já registrarem os maiores percentuais de ocupados como empregador ou conta própria com registro no CNPJ, foram as que mais expandiram essa estimativa: 6,2 e 5,9 pontos percentuais, nessa ordem.

Pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria, em empreendimento registrado no CNPJ



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Os empregadores e os trabalhadores por conta própria estavam principalmente concentrados nas atividades de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* e Serviços, com estimativas de 22,7% e 39,7%, respectivamente. Essas duas atividades também apresentavam as maiores taxas de coberturas no CNPJ[8], de 42,9% e 34,1%, respectivamente. Importante destacar a *Indústria geral*, que respondia por somente 10,1% da ocupação de empregadores e de conta própria, porém registrava a terceira maior taxa de cobertura no CNPJ, de 28,3%. Com valores menores estavam a *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (9,3%) e a *Construção* (13,6%).

Registro no CNPJ de empregador e trabalhadores por conta própria, segundo os grupamentos de atividades

Grupamentos de atividade	Pessoas ocupadas como empregador ou conta própria no trabalho principal	
	Total (1 000)	Com registro no CNPJ (%)
Total (1)	**28 786**	**29,3**
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3 985	9,3
Indústria geral	2 917	28,3
Construção	3 907	13,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	6 539	42,9
Serviços (2)	11 421	34,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

(1) Inclui Atividades mal definidas. (2) Compreende as seguintes atividades: *Transporte, armazenagem e correio*; *Alojamento e alimentação*; *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*; *Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*; e *Outros serviços*.

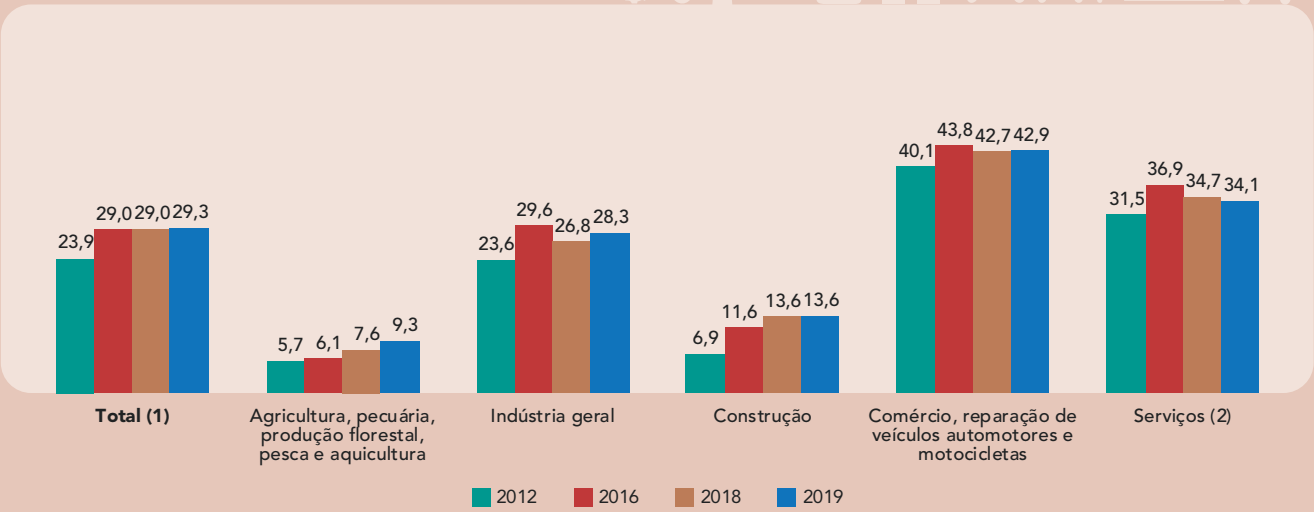
Em relação a 2018, apenas o grupamento dos Serviços não apresentou expansão da cobertura no CNPJ, passando de 34,7% para 34,1%. O principal avanço ocorreu na *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (de 7,6% para 9,3%, porém permanecendo como a atividade de menor cobertura) e na *Indústria geral* (de 26,8% para 28,3%). Frente a 2012, a *Construção* expandiu 114,1% atingindo um contingente de 533 mil pessoas. Nos Serviços também houve avanço expressivo (cerca de 65,8%), levando sua população a 3,9 milhões de pessoas.

Separando os empregadores e os trabalhadores por conta própria em dois grupos, observam-se diferenças importantes. Em 2019, no Brasil, 20,1% das pessoas ocupadas como conta própria possuíam registro no CNPJ, porém, entre os empregadores, essa cobertura era 80,4%. A Região Norte registrou as menores participações em ambas as populações, enquanto a Região Sul, as maiores.

[7] Na PNAD Contínua, a população ocupada considerada informal é calculada por meio da soma de: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada; empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; trabalhador por conta própria sem CNPJ; e empregador sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

[8] Percentual de pessoas ocupadas como empregador ou conta própria no grupamento de atividade do trabalho principal com CNPJ em relação ao total de pessoas ocupadas como empregador ou conta própria nesse mesmo grupamento de atividade.

Taxa de cobertura no CNPJ de empregador e trabalhadores por conta própria, segundo os grupamentos de atividades (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

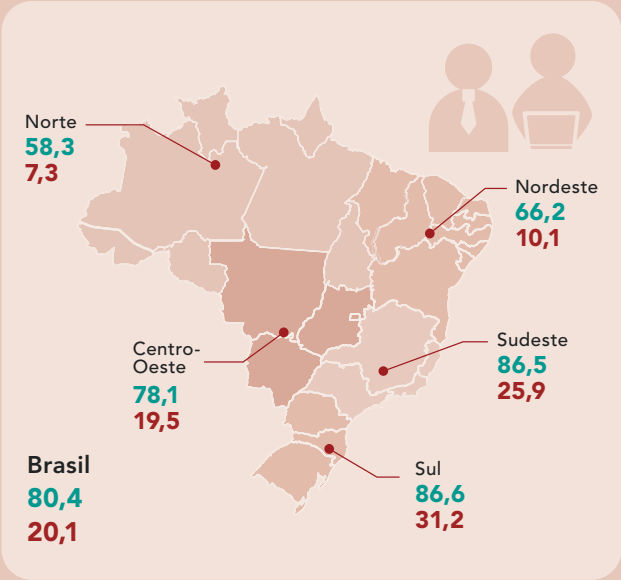
(1) Inclui Atividades mal definidas. (2) Compreende as seguintes atividades: *Transporte, armazenagem e correio*; *Alojamento e alimentação*; *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*; *Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*; e *Outros serviços*.

Havia o predomínio de mulheres registradas no CNPJ em ambas as categorias. Entre as empregadoras, 85,8% possuíam tal registro, enquanto entre os homens essa proporção era de 77,9%. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras por conta própria, 21,8% eram registradas, ao passo que entre os homens essa proporção era de 19,2%. Regionalmente, o Sudeste mostrou a maior diferença de cobertura no CNPJ entre mulheres (27,9%) e homens (24,7%), para os trabalhadores por conta própria. Quanto aos empregadores, a Região Norte apresentou a diferença mais significativa, com as mulheres atingindo 71,0%, frente a 52,6% entre os homens.

O movimento de expansão da cobertura no CNPJ entre as pessoas ocupadas como conta própria, ocorrido entre 2012 e 2016, sofreu pequena reversão em 2017, porém ele foi retomado em 2018 e mantido em 2019, alcançando seu maior valor na série (20,1%). Entre os empregadores, a interrupção da recuperação em 2018 foi revertida em 2019, quando alcançaram o valor de 80,4%; contudo, ao contrário dos trabalhadores por conta própria que registraram a maior estimativa em 2019, a cobertura de CNPJ entre os empregadores teve o maior valor em 2015 (82,5%).

Entre as pessoas ocupadas como conta própria (7,2%) ou empregador (34,4%), a atividade de *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* apresentou a menor cobertura no CNPJ em 2019. Por outro lado, a atividade de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* alcançou o maior percentual em ambos os casos (28,6% e 89,7%, respectivamente).

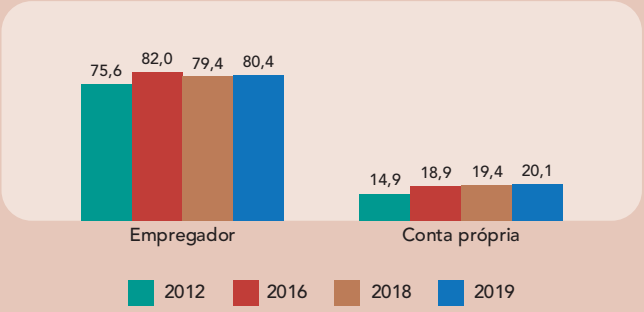
Empregadores e trabalhadores por conta própria em empreendimento registrado no CNPJ (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

Empregadores e trabalhadores por conta própria registrados no CNPJ (%)



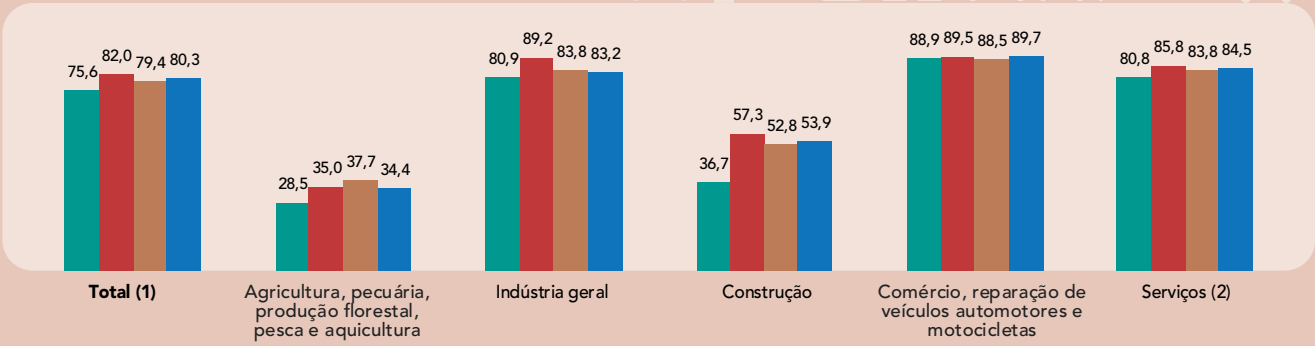
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Em 2019, com exceção dos Serviços, que não avançaram, as demais atividades mostraram tendência de ampliação da cobertura do CNPJ entre os trabalhadores por conta própria. Destacam-se as atividades da *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (de 4,8% para 7,2%) e da *Indústria geral* (de 16,3% para 17,9%), que tiveram as principais variações. Entre os empregadores, ressalta-se a retração ocorrida na atividade de *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (de 37,6% para 34,4%), após um crescimento de 3,9 pontos percentuais em 2018. A *Construção* e o *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*, por outro lado, reverteram o movimento de queda em 2018 e apresentaram leve expansão em 2019: de 52,8% para 53,9% e de 88,5% para 89,7%, respectivamente.

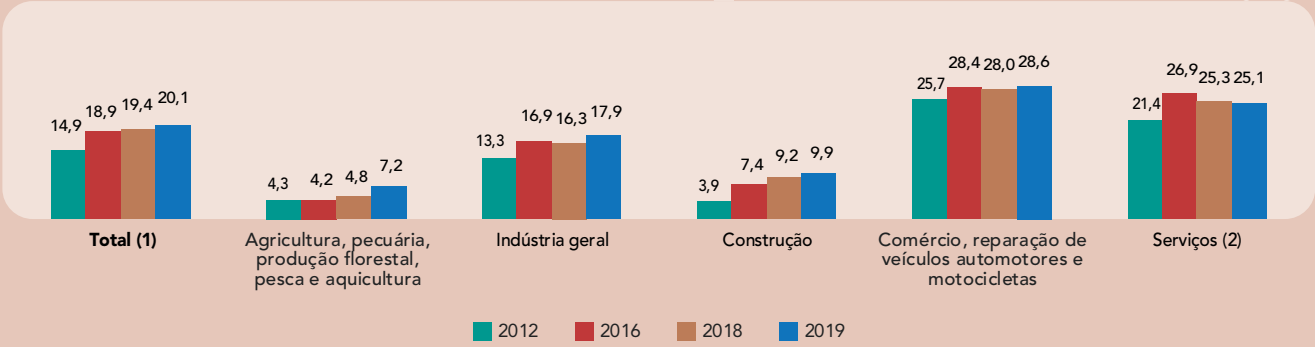
Em relação à 2012, tanto entre os trabalhadores por conta própria quanto entre empregadores, o maior crescimento do CNPJ ocorreu na *Construção*.

Registro no CNPJ de empregadores e trabalhadores por conta própria, segundo os grupamentos de atividades

Empregadores (%)



Trabalhadores por conta própria (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

(1) Inclui Atividades mal definidas. (2) Compreende as seguintes atividades: *Transporte, armazenagem e correio*; *Alojamento e alimentação*; *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*; *Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*; e *Outros serviços*.

A análise por nível de instrução mostrou que 36,8% das pessoas ocupadas como conta própria eram sem instrução e fundamental incompleto. Dentre esses, 10,0% tinham registro no CNPJ. A taxa de cobertura no CNPJ crescia conforme o aumento do nível de instrução, chegando a 41,8% para aqueles com nível superior completo. Entre as ocupadas como empregador, ocorreu dinâmica semelhante. Vale ressaltar, contudo, que, no caso das pessoas ocupadas como empregador sem instrução e fundamental incompleto, a taxa de cobertura no CNPJ (52,9%) superou a das ocupadas como conta própria com nível superior completo (42,8%).

O crescimento do ensino superior na população ocupada em geral também foi percebido entre os conta própria e os empregadores. Em relação a 2012, a presença desses trabalhadores com esse nível de instrução aumentou em 101,3% e 47,7%, respectivamente. Essa expansão foi acompanhada por crescimento, praticamente equivalente, desses trabalhadores com CNPJ e nível superior, levando, portanto, à relativa estabilidade da taxa nesse nível de instrução entre 2012 e 2019.

Registro no CNPJ de empregador e trabalhadores por conta própria, segundo os grupamentos de atividades, segundo o nível de instrução

Nível de instrução	Taxa de cobertura de CNPJ (%)		
	2012	2018	2019
Empregador			
Total	**75,6**	**79,4**	**80,3**
Sem instrução e fundamental incompleto	49,6	52,9	55,8
Ensino fundamental completo e médio incompleto	69,7	72,6	75,8
Ensino médio completo e superior incompleto	80,7	84,2	83,1
Superior completo	90,1	89,5	90,1
Trabalhador por conta própria			
Total	**14,9**	**19,4**	**20,1**
Sem instrução e fundamental incompleto	7,2	9,0	10,0
Ensino fundamental completo e médio incompleto	13,2	15,5	16,0
Ensino médio completo e superior incompleto	23,3	24,0	24,9
Superior completo	42,3	42,8	41,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

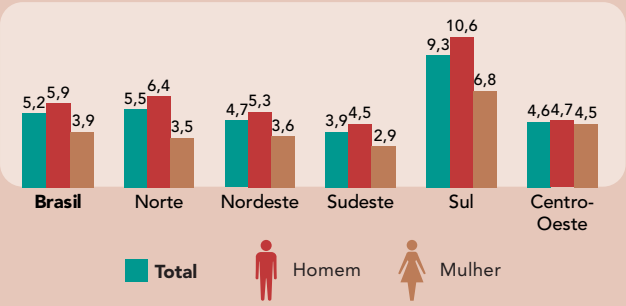
Cooperativa de trabalho ou produção[9]

Em 2019, havia 28 786 mil pessoas ocupadas como empregador ou conta própria no trabalho principal. Desse total, 5,2% (1 492 mil pessoas) eram associadas à cooperativa de trabalho ou produção, o que mostra a baixa adesão dos trabalhadores a esse tipo de arranjo produtivo. A maior proporção ocorreu em 2012 (6,4%) e, desde 2015, vem baixando até chegar ao menor valor em 2019.

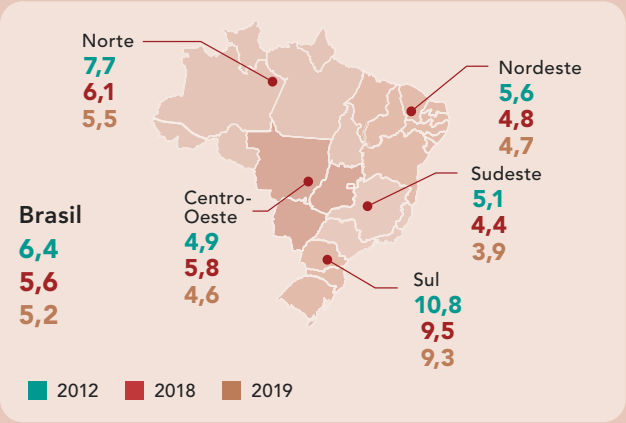
O percentual de associados à cooperativa de trabalho ou produção em relação ao total de empregadores ou trabalhadores por conta própria variou conforme a Grande Região. A Região Sul (9,3%) registrou os maiores valores em todo o período, seguida pela Região Norte (5,5%), enquanto as Regiões Nordeste (4,7%) e Sudeste (3,9%) apresentaram valores abaixo da média nacional (5,2%).

Pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria, associadas a cooperativa de trabalho ou produção

Sexo (%)



Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

[9] Para as pessoas que eram ocupadas como empregador ou conta própria no trabalho principal, foi pesquisado se, por esse trabalho, eram associadas a alguma cooperativa, associação ou grupo de produção informal.

[10] Para a pessoa ocupada como empregado no setor privado, empregador, conta própria ou trabalhador auxiliar familiar no trabalho principal que tinha estabelecimento, foi pesquisado o local em que normalmente trabalhava.

Após crescimento em 2018, o Centro-Oeste teve a principal retração entre as regiões em 2019, ficando com estimativa de 4,6%.

Quando desagregado por sexo, o percentual de associados à cooperativa de trabalho ou produção foi maior entre os homens (5,9%) que entre as mulheres (3,9%). Tal característica ocorreu em todas as Grandes Regiões, estando as principais diferenças situadas nas Regiões Norte e Sul: 2,9 e 3,8 pontos percentuais, respectivamente.

Vale dizer que quase metade dos cooperativados atuam na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e 21,8% nas atividades de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Transporte, armazenagem e correios*.

Local de exercício do trabalho[10]

Em 2019, a população ocupada no setor privado, exclusive trabalhadores domésticos, no Brasil (76 730 mil pessoas) trabalhava, principalmente, em estabelecimento do próprio empreendimento (58,4%); em local designado pelo empregador, patrão ou freguês (14,2%); e em fazenda, sítio, granja, chácara etc. (10,4%).

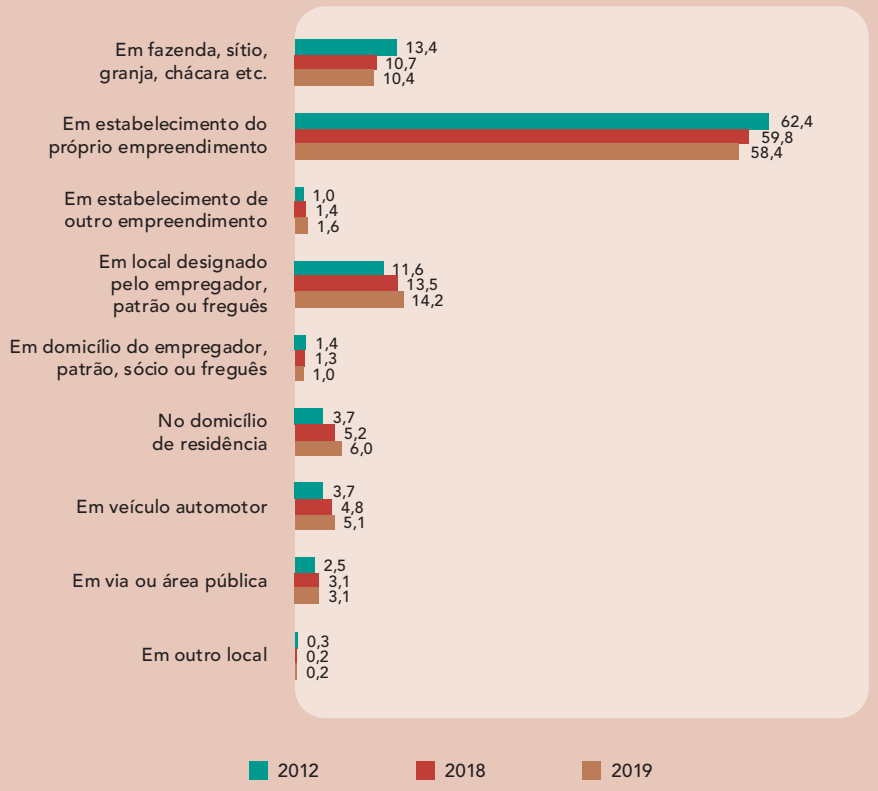
Com trajetória de queda desde 2015, o exercício do trabalho em estabelecimento do próprio empreendimento sofreu nova redução em 2019, passando a registrar 58,4% (44,8 milhões de pessoas). Por outro lado, em expansão, destacaram-se o local designado pelo empregador, patrão ou freguês (mais 833 mil pessoas) e o domicílio de residência (745 mil pessoas).

Nenhuma região reverteu o movimento de queda da ocupação em estabelecimento do próprio empreendimento em 2019, permanecendo o Sudeste (63,4%) e o Sul (64,7%) com as maiores estimativas. A principal retração desse indicador nos últimos anos ocorreu no Sudeste, que após atingir o valor mais alto (72,1%) em 2014, passou a retrair, ficando abaixo da Região Sul a partir de 2018. De 2014 para 2019 a redução do contingente de trabalhadores que exerciam suas atividades nesse local foi de 3,1 milhões de pessoas no País, sendo 1,6 milhão no Sudeste.

Norte (45,5%) e Nordeste (49,3%) tinham menos da metade dos ocupados trabalhando em estabelecimento do próprio empreendimento. Vale ressaltar que o Nordeste sustentou uma tendência de crescimento desse indicador entre 2012 e 2017, enquanto outras regiões já davam sinais de queda; entretanto, após atingir o maior valor em 2017 (52,3%), a estimativa passa a retrair nos anos seguintes. O Norte, por sua vez, teve o maior percentual em 2015 (50,6%) e o Centro-Oeste em 2014 (64,3%).

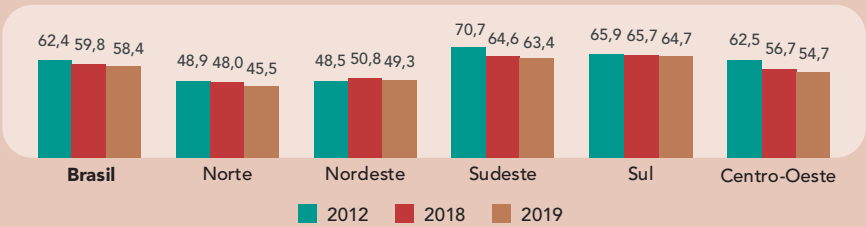
A análise por sexo mostrou predomínio das mulheres nesse tipo de local de exer-

Distribuição das pessoas ocupadas no setor privado, por local de exercício do trabalho (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.
Nota: Pessoas ocupadas no trabalho principal, exclusive nos serviços domésticos.

Pessoas ocupadas no setor privado, em estabelecimento do próprio empreendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.
Nota: Pessoas ocupadas no trabalho principal, exclusive nos serviços domésticos.

cício do trabalho. A estimativa total em 2019 no País era de 58,4%, contudo, crescia para 71,1% entre as mulheres, enquanto ficava em 50,8% na população masculina. Regionalmente, essa diferença foi ampliada no Centro-Oeste, que tinha percentuais de 69,4% para mulheres e 46,3% para homens.

As Regiões Norte (17,3%) e Nordeste (15,4%) apresentaram os maiores percentuais de pessoas ocupadas que trabalhavam em fazenda, sítio, granja, chácara etc., enquanto a Região Sudeste registrou menos da metade (6,2%) da proporção observada naquelas regiões. A ocupação exercida nesse local sofreu queda acentuada nos últimos anos: em 2012, cerca de 9,6 milhões de pessoas a realizavam, passando para 8,0 milhões, em 2019, em todo o País. Essa redução foi originada, principalmente, na Região Nordeste, que teve um decréscimo de 1,2 milhão de pessoas. Em 2012, nessa região, 22,4% (3,8 milhões) da população ocupada assim trabalhava, passando para 15,4% (2,6 milhões) em 2019.

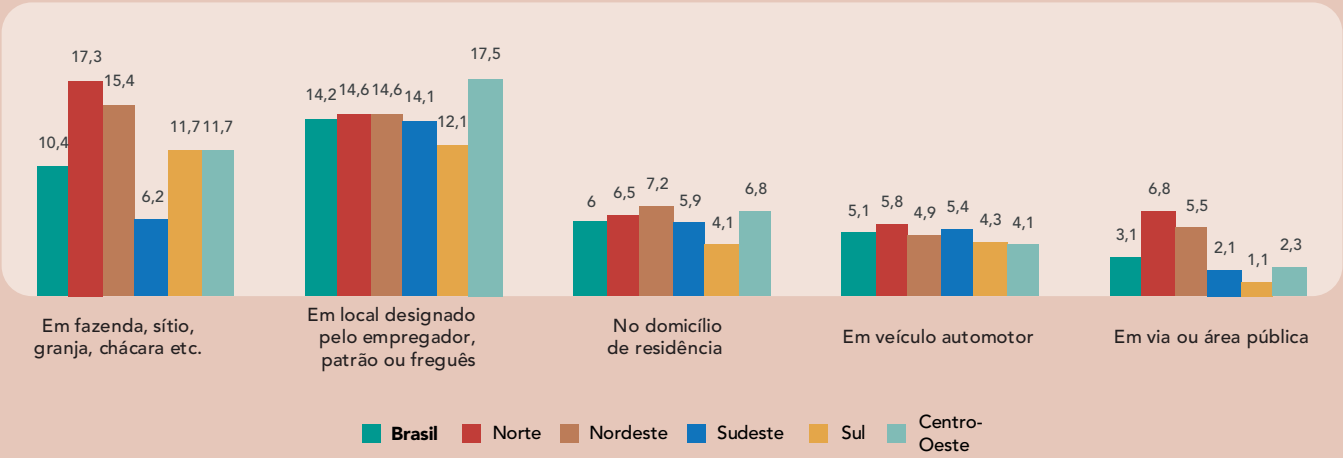
Havia cerca de 11,0 milhões de pessoas trabalhando em local designado pelo empregador, patrão ou freguês em 2019. Essa categoria mostrou maior participação na Região Centro-Oeste (17,5%), e nas demais regiões variou de 12,1% (Região Sul) a 14,6% (Regiões Norte e Nordeste). Em relação a 2018, o Norte e o Centro-Oeste tiveram os principais crescimentos, de 1,7 e 2,1 pontos percentuais, nessa ordem.

As pessoas que trabalhavam no domicílio de residência registraram o menor percentual no Sul (4,1%), e nas demais regiões variava de 5,9% (Sudeste) a 7,2% (Nordeste). Essas duas últimas regiões possuíam os maiores contingentes, de 2,1 milhões e 1,2 milhão de pessoas, respectivamente. Do crescimento nacional de 745 mil pessoas em 2019, 435 mil estavam no Nordeste e Sudeste.

As Regiões Norte (5,8%) e Sudeste (5,4%) apresentaram os principais percentuais de pessoas trabalhando em veículo automotor. Em relação a 2018, a ocupação nesse local de trabalho cresceu 8,2% em todo o País, alcançando 3,9 milhões de pessoas. Norte e Sul, expandiram em 16,9% e 18,4%, respectivamente, e apenas o Centro-Oeste registrou retração, de 10,6%.

Após crescimento de 12,1% em 2018, observou-se uma expansão menor em 2019 (2,3%) e o contingente de trabalhadores em via ou área pública chegou a 2,4 milhões de pessoas no País. No Norte e Nordeste eles representavam 6,8% (404 mil pessoas) e 5,5% (941 mil pessoas) das pessoas ocupadas, respectivamente. No Sudeste, havia 728 mil pessoas que trabalhavam em via ou área pública. ■

Pessoas ocupadas no setor privado, segundo o local de exercício do trabalho (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.
Nota: Pessoas ocupadas no trabalho principal, exclusive nos serviços domésticos.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Agência Brasil/EBC

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**, procure o **IBGE**.

/ibgecomunica /ibgeoficial
/ibgeoficial /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

(21) 97385-8655

IBGE

Links

Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28549>